



15º Simulado Especial

AGENTE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRÉ-EDITAL

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PRF**, cargo de **Agente Polícia Rodoviária Federal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zqYJys6BkwV9VeML9>

01 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	16 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	31 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	46 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	61 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	76 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	91 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	106 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
02 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	17 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	32 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	47 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	62 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	77 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	92 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	107 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
03 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	18 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	33 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	48 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	63 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	78 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	93 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	108 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
04 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	19 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	34 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	49 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	64 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	79 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	94 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	109 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
05 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	20 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	35 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	50 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	65 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	80 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	95 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	110 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
06 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	21 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	36 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	51 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	66 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	81 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	96 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	111 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
07 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	22 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	37 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	52 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	67 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	82 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	97 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	112 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
08 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	23 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	38 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	53 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	68 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	83 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	98 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	113 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
09 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	24 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	39 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	54 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	69 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	84 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	99 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	114 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
10 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	25 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	40 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	55 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	70 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	85 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	100 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	115 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
11 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	26 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	41 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	56 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	71 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	86 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	101 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	116 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
12 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	27 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	42 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	57 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	72 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	87 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	102 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	117 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
13 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	28 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	43 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	58 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	73 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	88 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	103 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	118 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
14 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	29 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	44 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	59 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	74 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	89 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	104 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	119 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D
15 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	30 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	45 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	60 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	75 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	90 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	105 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D	120 - ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Espanhol: <https://coruja.page.link/Ryv1> | Inglês: <https://coruja.page.link/ASpk>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges***Texto CG1A1**

O emprego da Inteligência Artificial (IA) na segurança pública consolidou-se como uma tendência irreversível, cujo foco central reside na maximização dos resultados estatais e na redução de custos operacionais. Entre as vantagens evidentes, destacam-se a otimização de recursos financeiros e humanos, além da agilidade no processamento de volumes colossais de dados para a identificação de padrões criminais. Experiências práticas, como o software preditivo ShotSpotter em Chicago e o sistema de integração de dados Agilis no Ceará, demonstram reduções nos indicadores de violência e um aumento na eficiência das capturas em tempo real.

Todavia, esse avanço técnico é acompanhado por riscos éticos e jurídicos graves, muitas vezes obscurecidos por uma crença na infalibilidade dos algoritmos. O viés discriminatório representa uma ameaça central, visto que os sistemas podem replicar e exacerbar preconceitos humanos contidos nos dados de treinamento, resultando em erros estatísticos que atingem desproporcionalmente minorias raciais e mulheres. Adicionalmente, a hipervigilância estatal e a coleta indiscriminada de informações podem comprometer a privacidade dos cidadãos, abrindo caminho para o autoritarismo digital e para a figura de um controle social absoluto.

A dependência excessiva da tecnologia também é apontada como um fator prejudicial, pois as máquinas permanecem incapazes de replicar habilidades humanas fundamentais, como a empatia, a intuição e o julgamento moral. Conclui-se que a IA pode contribuir positivamente para a eficiência da segurança pública, desde que sua utilização seja pautada por uma regulamentação robusta e responsável. Estratégias como a supervisão independente, a transparência algorítmica e a criação de leis específicas são essenciais para garantir o devido processo legal e a proteção de dados sensíveis, em conformidade com os princípios da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.

Fonte: <<https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/view/431/267>>
Acesso em fevereiro de 2026 (ADAPTADO)

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CG1A1, julgue os itens a seguir:

1. No primeiro período do texto, a palavra "cujo" estabelece uma relação de posse entre "tendência irreversível" e "foco central".
2. Infere-se do texto que a utilização da IA na segurança pública visa, primordialmente, à substituição integral do julgamento humano por algoritmos.
3. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso o trecho "cujo foco central reside na" fosse substituído por "onde o foco central reside na".
4. Não estaria mantida a correção gramatical caso a vírgula após "práticas" fosse suprimida, desde que a vírgula após "Ceará" também o fosse.
5. O termo "Todavia" inicia o segundo parágrafo estabelecendo uma relação de conclusão com as ideias apresentadas no parágrafo anterior.
6. Sem prejuízo para o sentido original do texto, o vocábulo "pautada", no último parágrafo, poderia ser substituído por "norteadá".
7. O texto apresenta uma estrutura predominantemente dissertativo-argumentativa, uma vez que expõe fatos e defende um ponto de vista sobre a necessidade de regulamentação.
8. Mantém-se a correção gramatical ao substituir "visto que" por "conquanto" no segundo parágrafo.
9. O uso do adjetivo "colossais", no segundo período do texto, confere ao texto um caráter de exagero subjetivo (hipérbole), o que compromete a natureza técnica do artigo.

10. A expressão "viés discriminatório", no segundo parágrafo, refere-se à possibilidade de os algoritmos reproduzirem preconceitos humanos contidos nas bases de dados.
11. No trecho "resultando em erros estatísticos que atingem desproporcionalmente", no segundo parágrafo, a partícula "que" é um pronome relativo que retoma "erros estatísticos".
12. De acordo com o texto, a coleta indiscriminada de informações pelo Estado é uma prática incentivada pela LGPD para garantir a segurança dos cidadãos.
13. No segundo parágrafo, a substituição de "visto que" por "dado que" manteria a correção gramatical e o sentido original do período.
14. No terceiro parágrafo, a palavra "permanecem" poderia ser substituída por "continua" sem prejuízo à concordância verbal.
15. O termo "hipervigilância" é formado por derivação prefixal.
16. O autor defende que a IA deve ser banida da segurança pública devido aos riscos éticos insuperáveis.
17. No trecho "estratégias como a supervisão independente", no terceiro parágrafo, a palavra "como" introduz uma comparação com valor exemplificativo.
18. A grafia da palavra "algorítmica" justifica-se por ser uma proparoxítona.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

Texto para os itens 19 e 20

Durante uma operação da PRF, estabeleceu-se o seguinte protocolo:

"Se o condutor apresentar documentação regular ou o veículo estiver devidamente licenciado, então o condutor será liberado."

Defina:

p: O condutor apresenta documentação regular

q: O veículo está devidamente licenciado

r: O condutor é liberado

19. A negação lógica do protocolo é equivalente a:
 $(p \vee q) \wedge \neg r$.

20. A proposição dada é logicamente equivalente a:
 $r \rightarrow (\neg p \wedge \neg q)$.

21. Após auditoria interna, foi declarado:

"Existe agente da PRF que fiscalizou todos os veículos abordados na operação."

Sejam:

 $A(x)$: x é agente $V(y)$: y é veículo abordado $F(x, y)$: x fiscalizou y

A formalização correta da afirmação é:

$$\forall y \exists x [A(x) \wedge V(y) \rightarrow F(x, y)]$$

22. Em uma operação com 200 veículos:

120 tinham excesso de velocidade (E)

90 tinham irregularidade documental (D)

50 apresentavam ambas

O número de veículos que apresentavam exatamente uma das duas infrações é igual a 110.

23. Em uma força-tarefa da PRF, há 6 agentes experientes e 4 novatos. Será formada uma equipe de 4 agentes, com pelo menos um novato. A quantidade de equipes possíveis é:

$$\binom{6}{3} \cdot \binom{4}{1}$$

24. Em determinado posto:

30% dos motoristas estão com excesso de velocidade

20% estão com documentação irregular

10% apresentam ambas as irregularidades

A probabilidade de um motorista com documentação irregular também estar com excesso de velocidade é igual a 0,5.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

25. A intranet utiliza os mesmos protocolos e tecnologias da internet, como o conjunto TCP/IP e navegadores web, porém é restrita a um ambiente organizacional específico, sendo empregada para compartilhamento interno de informações, execução de aplicações corporativas e adoção de procedimentos de controle de acesso e autenticação.

26. Ferramentas de busca na internet, como mecanismos de pesquisa, realizam varredura automática de páginas públicas por meio de robôs de indexação, enquanto ferramentas colaborativas e grupos de discussão permitem interação síncrona ou assíncrona entre usuários, porém não dependem de conexão com a internet para seu funcionamento.

27. No ambiente do Windows 10 ou 11, ao se configurar permissões de segurança em uma pasta localizada em uma unidade NTFS compartilhada na rede, a permissão efetiva de um usuário que acessa remotamente essa pasta será determinada exclusivamente pelas permissões de compartilhamento, prevalecendo estas sobre as permissões NTFS definidas localmente.

28. Na Internet das Coisas (IoT), dispositivos físicos conectados à rede utilizam sensores e atuadores para coletar e transmitir dados, podendo operar de forma autônoma com base em regras pré-configuradas ou processamento em nuvem; entretanto, por definição, tais dispositivos utilizam protocolos da internet tradicional.

29. No contexto de Big Data, a adoção de arquiteturas distribuídas permite processar grandes volumes de dados estruturados e não estruturados com escalabilidade horizontal; entretanto, a simples utilização de bancos de dados relacionais tradicionais em servidor único já caracteriza, por si só, uma solução típica de Big Data, independentemente de requisitos de volume, velocidade ou variedade.

30. Em um sistema de Inteligência Artificial aplicado à análise de crédito, a substituição de um modelo baseado apenas em regras fixas por um modelo de aprendizado de máquina supervisionado permite adaptação dinâmica a novos padrões de dados; entretanto, essa substituição não elimina a necessidade de monitoramento contínuo do modelo, pois algoritmos de aprendizado não são capazes de manter desempenho estável diante de mudanças no comportamento dos dados ao longo do tempo.

31. Vírus e worms são tipos de malware capazes de se propagar automaticamente sem qualquer ação do usuário, enquanto ataques de phishing caracterizam-se pela exploração de falhas técnicas no sistema operacional para instalar pragas virtuais de forma silenciosa.

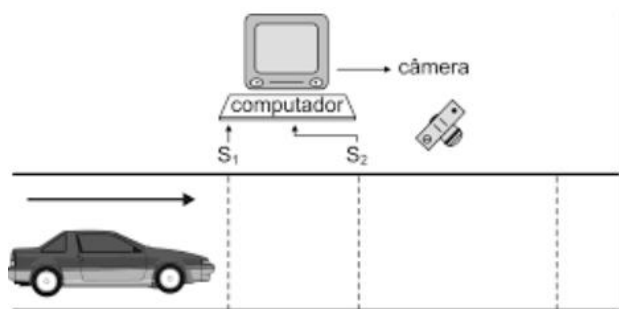
FÍSICA

Vinícius Silva

TEXTO PARA AS QUESTÕES 32 a 34

O excesso de velocidade nas rodovias brasileiras é um dos maiores causadores de acidentes rodoviários, de acordo com dados estatísticos da PRF e de pesquisas realizadas por diversos órgãos de proteção e defesa da vida. Visando coibir esse excesso são instalados dispositivos conhecidos como lobadas eletrônicas. Quando o veículo passa por elas ele deve manter uma velocidade máxima regulamentada para que não seja penalizado. Assim, os fotossensores são equipamentos muito importantes na política de redução aos acidentes rodoviários.

Considere que um equipamento como esse tenha como representação simplificada o esquema abaixo.



Para medir a velocidade do veículo, um computador mede o tempo que leva para que a roda dianteira ou traseira percorra o espaço entre os dois sensores indicados. A informação é encaminhada para o computador e isso faz com que a câmera capte a imagem traseira do veículo caso a sua velocidade medida naquele espaço seja superior à máxima permitida.

Com base nas informações acima, julgue os itens abaixo.

32. Quanto maior a velocidade desenvolvida pelo veículo, mais próxima da velocidade instantânea será o valor medido pelo equipamento.

33. Considerando que o espaço entre os dois sensores seja de 3m e que a velocidade máxima da via seja de 60km/h, então caso o tempo medido pelo equipamento seja de 0,20s, então o veículo deverá ser multado.

34. Supondo que o veículo percebeu que havia um equipamento fotossensor e com isso iniciou um processo de frenagem, mantendo o veículo em desaceleração durante o intervalo de tempo que percorreu o espaço entre os sensores. Sabendo que a velocidade inicial do veículo era de 72km/h quando ele passou com a roda dianteira no primeiro sensor e nesse momento estava desacelerando e não foi multado. Nesse caso, podemos afirmar que o menor valor da desaceleração do veículo foi de 10m/s².

TEXTO PARA AS QUESTÕES 35 E 36.

As colisões entre veículos nas rodovias ocorrem rotineiramente e deixam vítimas fatais, a depender da dinâmica do acidente. Assim, o conhecimento sobre o básico de colisões veiculares é fundamental para o bom desempenho das funções de um PRF.

Acerca das colisões mecânicas, julgue os itens a seguir.

35. Na prática, uma colisão nunca pode ser considerada 100% elástica.

36. Considere que um veículo parado no acostamento de uma rodovia por conta de uma pane mecânica seja abalroado por um outro veículo de mesma massa, com velocidade de 60km/h, e que essa colisão possa ser, na ocasião, considerada elástica. Assim, podemos afirmar que cada um dos veículos passará a se deslocar com 30km/h cada um.

ÉTICA E CIDADANIA

Tiago Zanolla

37. Acerca dos mecanismos para o exercício da governança pública previstos no Decreto nº 9.203/2017, o controle compreende processos estruturados para mitigar possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais, garantindo a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

38. Nos termos do Decreto nº 6.029/2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, os membros da Comissão de Ética Pública recebem remuneração específica pelo exercício de suas atribuições, dada a relevância dos serviços prestados em prol da ética na administração pública.

39. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

40. O Código de Conduta da Alta Administração Federal veda de forma absoluta a aceitação de presentes por autoridades públicas, não admitindo qualquer exceção, ainda que se trate de brindes distribuídos por entidades a título de cortesia ou propaganda habitual.

41. Segundo o Decreto nº 6.029/2007, qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas será mantido com a chancela de "reservado" enquanto não concluído, cessando tal classificação após a deliberação da CEP ou da Comissão de Ética competente, ressalvados os documentos acobertados por sigilo legal, cujo acesso somente será permitido a quem detenha igual direito perante o órgão originariamente responsável por sua guarda.

42. O Decreto nº 9.203/2017 elenca como princípios da governança pública, entre outros, a capacidade de resposta, a integridade, a confiabilidade, a melhoria regulatória, a prestação de contas e responsabilidade, a transparência e a eficiência.

GEOPOLÍTICA

Rodolfo Gracioli

43. O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia já foi ratificado pelos congressos nacionais de todos os países envolvidos, o que viabilizou a aplicação imediata das reduções tarifárias previstas entre os dois blocos.

44. Nos últimos anos, o Brasil tem escalado sua representatividade no campo geopolítico. Em 2024, o país presidiu o G20. Em 2025, estivemos à frente do BRICS e recebemos a COP30 em Belém, do Pará. Assim, o país tem assumido debates importantes para a comunidade internacional.

45. Dados recentes do Censo Demográfico 2022 indicam que mais de 60% dos moradores de favelas e comunidades urbanas no Brasil vive em vias sem a presença de árvores, evidenciando desigualdades na infraestrutura urbana e na qualidade ambiental dessas áreas.

46. Segundo dados recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil permaneceu entre as dez maiores economias do mundo em 2025, apesar do tarifaço imposto pelo governo estadunidense. Tal fato se deve principalmente ao cenário das terras raras, minerais explorados por diferentes setores.

47. O Brasil acabou não sendo convidado a integrar o chamado "Conselho da Paz", criado no contexto da guerra na Faixa de Gaza. Trump exigiu o pagamento de US\$ 1 bilhão para garantir um assento permanente no grupo. Potências regionais do Oriente Médio, como Turquia, Egito, Arábia Saudita e Catar, além de países como Argentina e Paraguai, aderiram ao conselho. Já nações europeias e aliados ocidentais tradicionais dos Estados Unidos adotaram postura mais cautelosa.

INGLÊS **Adolfo Sá*

(São Paulo) – [Brazilian](#) authorities should adopt new public security strategies that dismantle criminal organizations and their alleged links with state agents, enhance independent criminal investigations, and spur reforms to make police more effective at upholding the law, Human Rights Watch said today in its [World Report 2026](#).

In the 529-page *World Report 2026*, its 36th edition, Human Rights Watch reviews human rights practices in more than 100 countries. In his [introductory essay](#), Executive Director Philippe Boloipion writes that breaking the authoritarian wave sweeping the world is the challenge of a generation. With the human rights system under unprecedented threat from the Trump administration and other global powers, Boloipion calls on rights-respecting democracies and civil society to build a strategic alliance to defend fundamental freedoms.

Brazilians cited violence as their main concern in recent polls, and security is expected to be a major issue in the electoral campaign for president, governors, and legislators, who will be elected in October.

"Public security strategies based on unchecked use of lethal force by police have failed again and again to make Brazilian neighborhoods safer, and instead have resulted in more violence and insecurity," said [César Muñoz](#), Brazil director at Human Rights Watch. "Candidates in the upcoming elections should put forward proposals to effectively protect people's rights, which are threatened by organized crime but also by police in many low-income, predominantly Black communities."

<https://www.hrw.org/news/2026/02/04/brazil-revamp-public-security-policies>

48. Human Rights Watch advocates for Brazilian authorities to prioritize the disruption of illicit networks linking criminal organizations with public officials.

49. Philippe Boloipion views the global shift toward authoritarianism as the defining struggle of our time.

50. Recent polls show that violence is considered a minor issue for the Brazilian population compared to other social problems.

51. César Muñoz contends that policing approaches focused on the unrestrained use of deadly force have consistently proven effective in enhancing public safety.

52. Muñoz suggests that the rights of people in low-income, predominantly Black communities are threatened only by organized crime.

53. In the sentence "Brazilian authorities should adopt new public security strategies", the modal verb "should" expresses suggestion.

54. In the first paragraph, the verbs "enhance" and "spur", could be replaced, without changing its meaning, respectively, by "strengthen" and "encourage".

55. In the sentence "Brazilian authorities should adopt new public security strategies that dismantle criminal organizations and their alleged links with state agents", the adjective possessive THEIR refers to "Brazilian authorities".

ESPANHOL **Adinoél Sebastião*

Lea el texto y responda a los ítems del 1 al 8.

El intestino se ha convertido en una fuente de inmensa fascinación. Influencers de redes sociales promocionan suplementos no probados que supuestamente mejoran la salud intestinal, mientras que marcas de leche y kombucha prometen nutrirlo con "bacterias beneficiosas".

Algunos han descartado la obsesión intestinal como una moda pasajera; sin embargo, muchos médicos creen que nuestro microbioma intestinal podría afectarnos en

múltiples aspectos, desde la salud mental hasta la probabilidad de padecer ciertos tipos de cáncer.

Pero hay otra posibilidad médica que me interesa especialmente: cómo nuestro intestino influye en nuestro envejecimiento.

Por eso, hace unos meses, me encontraba en el hospital St Mary's de Londres, famoso por el descubrimiento de la penicilina, preparándome para recibir una noticia estresante sobre mi propia salud intestinal.

Estuve allí para conocer al doctor James Kinross. Él es profesor de cirugía en el Imperial College de Londres y cirujano colorrectal en ejercicio, pero quizás la parte más interesante de su trabajo es que analiza las heces de las personas.

Semanas antes, había enviado mi propia muestra de heces a un laboratorio. Pruebas como estas pueden proporcionar información sobre nuestro microbioma intestinal: los billones de microbios que viven en nuestro estómago (incluyendo principalmente bacterias, pero también virus y hongos).

"Soy un defensor del microbioma", dice. "Está profundamente arraigado en todos los aspectos de nuestra salud".

Kinross cree que el intestino puede desempeñar un papel crucial en el proceso de envejecimiento, con consecuencias en nuestra longevidad y en nuestra fortaleza física en la vejez.

Del otro lado, algunos expertos creen que se ha sobrevalorado la importancia del microbioma intestinal en el proceso de envejecimiento.

Y todas las personas con las que hablo opinan que se necesita más investigación.

Ahora que tengo más de 60 años y recientemente me convertí en abuelo, parece un buen momento para descubrir qué me dice mi propio intestino sobre cómo me irá en las próximas décadas.

Y algo aún más importante: si la salud intestinal realmente puede afectar el envejecimiento, ¿qué podemos hacer, si es que podemos hacer algo, para mejorarla?

<https://www.bbc.com/mundo/articles/cx2y3nve3l9o> [Por qué cuidar tu microbioma intestinal puede ayudarte a envejecer mejor]

48. Se puede deducir del primer párrafo del texto que hay personas que recomiendan a sus seguidores productos que no han sido avalados; por consiguiente, el beneficio prometido podría ser inexistente.

49. El verbo "prometer" está conjugado en imperativo negativo en el primer párrafo del texto: "prometen".

50. El segundo párrafo del texto no es una afirmación concreta de que nuestro intestino causa cáncer.

51. Deducimos del texto que el doctor James Kinross trabajaba en el hospital St Mary's de Londres cuando descubrió la penicilina.

52. En el texto, el vocablo "expertos" es un sustantivo masculino en plural.

53. En el texto, el nombre "médica" no es un caso de palabra heterotónica, así como "múltiples".

54. En el texto, en el pasaje "...desde la salud mental hasta la probabilidad de padecer ciertos tipos de cáncer...", el participio "padecer" forma parte de una estructura que se refiere al futuro: "probabilidad de padecer".

55. Se puede deducir del texto que Kinross cree que los investigadores exageraron el microbioma intestinal.

BLOCO II**LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO***Alexandre Herculano*

56. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

De acordo com a Resolução 918 do CONTRAN, a Notificação da Autuação (NA) é o procedimento que dá ciência ao proprietário do veículo de que foi cometida uma infração de trânsito com seu veículo, sendo dispensável a indicação do valor da cobrança da multa de trânsito.

57. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

Conforme a Resolução 432 do CONTRAN, a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência dar-se-á por meio de, no mínimo, dois dos seguintes procedimentos: exame de sangue, testes em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro), ou exame clínico com laudo conclusivo e assinado por médico perito.

58. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

A Resolução 882 do CONTRAN estabelece que, havendo divergência entre os limites de peso bruto total (PBT) e peso bruto total combinado (PBTC) indicados pelo fabricante ou importador, e os limites estabelecidos na própria resolução, deverá ser obedecido o maior deles, visando a máxima eficiência do veículo.

59. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal devem estabelecer prazos para renovação do Licenciamento Anual dos Veículos, sendo que para os veículos com placas terminadas em 9 e 0, o prazo final para renovação é até o mês de dezembro.

60. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

A Resolução 996 do CONTRAN define bicicleta elétrica como um veículo de propulsão humana, com duas rodas, provido de motor auxiliar de propulsão com potência nominal máxima de até 1000 W, e que o motor somente funcione quando o condutor pedalar (pedal assistido).

61. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

De acordo com a Resolução 723 do CONTRAN, o processo administrativo para imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir deverá ser instaurado concomitantemente ao processo administrativo para imposição da penalidade de multa, em um único processo.

62. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

Conforme a Resolução 525 do CONTRAN, é vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 6 horas ininterruptas veículos de transporte rodoviário de cargas, devendo observar 30 minutos de descanso dentro de cada 6 horas.

63. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

A Resolução 996 do CONTRAN classifica como equipamento de mobilidade individual autopropelido aquele dotado de uma ou mais rodas, com motor de propulsão com potência nominal máxima de até 1000 W e velocidade máxima de fabricação não superior a 40 km/h.

64. Julgue o item abaixo com base nas Resoluções do CONTRAN.

Segundo a Resolução 432 do CONTRAN, a comprovação da infração de trânsito por dirigir sob a influência de álcool poderá ser realizada por meio de vídeo, fotografia ou qualquer outro meio de prova em direito admitido, mesmo que o condutor se recuse a realizar os testes de alcoolemia.

65. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

O condutor de veículo automotor que, em caso de sinistro de trânsito com vítima, mesmo que preste pronto e integral socorro, terá contra si a imposição da prisão em flagrante, dada a natureza do evento.

66. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor, sob a influência de álcool, é uma circunstância que, por si só, qualifica o crime, aplicando-se uma pena de reclusão de cinco a oito anos, além da suspensão ou proibição do direito de dirigir.

67. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A omissão de socorro à vítima de sinistro de trânsito, por parte do condutor do veículo, é crime, mesmo que a vítima sofra apenas ferimentos leves ou venha a falecer instantaneamente. A presença de terceiros que prestem o socorro não exime o condutor de sua responsabilidade penal.

68. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

O condutor que se afasta do local do sinistro para fugir à responsabilidade penal ou civil comete crime, punível com detenção de seis meses a um ano, ou multa. Contudo, a doutrina majoritária e a jurisprudência consideram que tal conduta é atípica, por violar o princípio da não autoincriminação.

69. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A medida administrativa de remoção do veículo será aplicada sempre que a irregularidade não puder ser sanada no local da infração, sendo o proprietário do veículo o responsável pelo pagamento dos custos de remoção e estada, limitados a um período de 6 meses.

70. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

O recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou da Permissão para Dirigir ocorrerá exclusivamente quando houver suspeita de sua inautenticidade ou adulteração, não sendo prevista em outras hipóteses pelo Código de Trânsito Brasileiro.

71. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Quando não for possível sanar a irregularidade no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, será liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, não se aplicando, contudo, à infração de conduzir o veículo com o lacre, a inscrição do chassi, o selo, a placa ou qualquer outro elemento de identificação do veículo violado ou falsificado.

72. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Nas vias rurais de pista dupla, onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima para automóveis, camionetas e motocicletas é de 110 km/h, enquanto para os demais veículos, como ônibus e caminhões, a velocidade máxima permitida é de 90 km/h.

73. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Crianças com idade inferior a 10 anos que não tenham atingido 1,45 m de altura devem ser transportadas nos bancos traseiros, em dispositivo de retenção adequado. Contudo, o CONTRAN pode regulamentar exceções para o transporte no banco dianteiro, a depender do tipo específico de veículo.

74. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

É permitido ao condutor de ciclomotor circular sobre as calçadas das vias urbanas, desde que não haja faixa própria, ciclovia ou acostamento, e a velocidade seja compatível com a segurança dos pedestres.

75. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A penalidade de suspensão do direito de dirigir, quando da prática de um crime de trânsito, pode ser imposta de forma isolada ou cumulativamente com outras penalidades, com duração de dois meses a cinco anos. O prazo, contudo, não se inicia enquanto o sentenciado estiver cumprindo pena privativa de liberdade em estabelecimento prisional.

76. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem é uma infração gravíssima, com penalidade de multa agravada em dez vezes e suspensão do direito de dirigir. Em caso de reincidência no período de doze meses, a multa não será aplicada em dobro.

77. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A penalidade de multa reparatória, calculada com base no prejuízo material resultante do crime, será depositada em favor da vítima ou de seus sucessores. O valor da multa reparatória, no entanto, não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo e será descontado de eventual indenização civil.

78. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

O exame toxicológico de larga janela de detecção é obrigatório para condutores das categorias C, D e E na obtenção e renovação da CNH. A recusa em realizar o exame configura infração gravíssima, com multa e suspensão do direito de dirigir por 3 meses, condicionada a realização de novo exame para o levantamento da suspensão.

79. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Conduzir o veículo com a cor ou característica alterada, sem a devida autorização da autoridade de trânsito, constitui infração grave, sujeita a multa e retenção do veículo para regularização. A alteração da cor predominante do veículo para uma tonalidade diferente, mesmo que no mesmo espectro cromático, exige a atualização do Certificado de Registro de Veículo (CRV).

80. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A retenção do veículo é uma medida administrativa que pode ser aplicada pela autoridade de trânsito ou seus agentes quando a irregularidade puder ser sanada no local da infração.

81. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A remoção do veículo é uma medida administrativa que pode ser aplicada, por exemplo, quando o veículo estiver estacionado em local proibido e não for possível a sua retirada pelo condutor.

82. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

O uso do cinto de segurança é obrigatório para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo para os passageiros em percursos de curta distância em vias urbanas.

83. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

É proibido o uso de cortinas ou persianas fechadas nos veículos em movimento, salvo nos que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados.

84. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do DETRAN local.

85. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre regras de Trânsito e com base no Código de Trânsito Brasileiro.

O condutor que se utilize de veículo para a prática do crime de receptação, descaminho, contrabando, condenado por um desses crimes em decisão judicial transitada em julgado, terá cassado seu documento de habilitação ou será proibido de obter a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 5 anos.

BLOCO III**DIREITO CONSTITUCIONAL***Fábio Ramos*

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

86. Considere a seguinte situação hipotética. Um tratado internacional de direitos humanos aprovado nas duas casas do Congresso pela unanimidade terá status de norma constitucional derivada.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

87. Os direitos fundamentais de primeira geração identificam-se com as liberdades negativas, materializando, segundo a doutrina consolidada, os direitos de liberdade. Tendo como exemplo a igualdade formal que nasce nessa geração.

No que se refere aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue o item seguinte.

88. Será considerada inata a nacionalidade de filho de pai estrangeiro, no Brasil, e sua esposa, também estrangeira, caso tiver nascido em território brasileiro não estando nenhum deles a serviço do seu país.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

89. Considere a seguinte situação hipotética. Tibério, deputado federal eleito pelo rio de janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar ação popular contra o Presidente que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).

A luz das disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) sobre princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item.

90. Todo o art. 5º DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS está gravado expressamente como cláusula pétrea na CF, visto que não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir este dispositivo.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte, relativo a noções de direito constitucional.

91. Somente por decisão judicial transitada em julgada poderá ser dissolvida uma associação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

92. A respeito da organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

Na descentralização por delegação, transfere-se ao particular a titularidade e a execução do serviço público, por prazo indeterminado e mediante lei específica, tal como ocorre na criação de

autarquias encarregadas de exercer, em todo o território nacional, determinadas competências especializadas.

93. Com base nos atos administrativos, julgue o item a seguir.

A forma do ato administrativo corresponde à maneira pela qual ele se exterioriza no mundo jurídico, abrangendo tanto o aspecto formal quanto o procedimento previsto em lei, constituindo requisito essencial de validade, salvo exceções legalmente admitidas.

94. Em relação aos poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O poder regulamentar permite ao Chefe do Poder Executivo editar decretos autônomos, por meio dos quais pode criar obrigações gerais e abstratas e impor sanções diretamente aos administrados, independentemente de lei anterior, desde que respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

95. Segundo o controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle judicial sobre os atos administrativos decorre do princípio da inafastabilidade da jurisdição e autoriza o Poder Judiciário a analisar, de forma ampla, tanto a legalidade quanto a conveniência e a oportunidade dos atos praticados pela Administração.

96. A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

O direito de regresso previsto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal pressupõe a demonstração de dolo ou culpa do agente público, que responderá subjetivamente em ação própria ajuizada pelo Estado após a indenização ao lesado, já que, perante a vítima, a responsabilidade da pessoa jurídica é objetiva.

97. Com base nos princípios da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O princípio da especialidade exige que as entidades da Administração Indireta atuem dentro da finalidade específica definida em sua lei de criação, de modo que a ampliação ou alteração relevante de sua área de atuação depende de nova autorização legal, justamente para preservar o objeto e o fim que justificaram sua instituição.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

98. No que se refere ao conflito de leis penais no tempo, caso entre em vigor uma lei nova que preveja uma causa de aumento de pena para um crime de extorsão mediante sequestro (crime permanente), essa nova lei será aplicada ao crime em curso, mesmo que seja mais gravosa, desde que a permanência não tenha cessado antes da vigência da nova norma.

99. O Código Penal brasileiro adota, como regra para a punição da tentativa, a teoria subjetiva (ou voluntarista), segundo a qual se aplica a pena do crime consumado diminuída de um a dois terços, salvo disposição em contrário.

100. De acordo com a doutrina majoritária e a jurisprudência dos tribunais superiores, o Princípio da Insignificância funciona como causa de exclusão da ilicitude, uma vez que a conduta, embora típica, não apresenta gravidade suficiente para o direito penal.

101. O crime de corrupção passiva consuma-se com a efetiva percepção da vantagem indevida pelo funcionário público, sendo a mera solicitação considerada apenas ato preparatório impune.

102. Configura o crime de peculato-desvio a conduta do servidor público que, embora não tenha a posse do bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

103. No sistema jurídico-penal brasileiro, adota-se, como regra, o critério biopsicológico para a aferição da imputabilidade. Nesse contexto, a emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal; contudo, a embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior pode isentar o agente de pena, desde que, ao tempo da ação ou da omissão, ele seja inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

104. De acordo com a Constituição Federal e o Código de Processo Penal, a titularidade da ação penal pública é exclusivamente do Ministério Público, não sendo permitida, sob qualquer circunstância, a propositura de ação penal privada nos crimes de ação pública, mesmo que o Ministério Público deixe de oferecer denúncia no prazo legal estabelecido.

105. Nos termos da legislação processual penal, quando uma infração penal deixa vestígios, o exame de corpo de delito é indispensável e não pode ser suprido por qualquer outra prova, mesmo que existam outras evidências materiais ou testemunhais que comprovem com clareza a prática da infração penal.

106. A busca domiciliar sempre exige a expedição de mandado judicial como condição de validade, sendo absolutamente vedada a entrada em domicílio particular sem ordem prévia do juiz competente, ainda que haja consentimento do morador ou que se trate de crime permanente em curso.

107. De acordo com a legislação processual penal em vigor, qualquer pessoa pode efetuar a prisão de quem for encontrado em flagrante delito, cabendo às autoridades policiais e seus agentes o dever de prender; contudo, após a edição da Lei n. 13.964/2019, o juiz pode, de ofício, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva se verificar os requisitos legais.

108. O reconhecimento pessoal de uma pessoa suspeita de ter cometido determinada infração penal deve observar o procedimento pormenorizado no artigo 226 do Código de Processo Penal, incluindo a descrição prévia do reconhecedor e o posicionamento da pessoa a ser reconhecida; a inobservância destas formalidades obrigatórias causa, necessariamente, a nulidade automática do reconhecimento, desde que existam outros elementos de prova que corroborem a acusação.

109. Para que seja expedido mandado de prisão, é imprescindível que o magistrado fundamente a decisão com base em provas concretas indicadoras da materialidade do delito e da autoria do acusado; a expedição de mandado sem fundamentação adequada vicia o ato processual, podendo acarretar a ilegalidade da prisão e consequente violação do direito de liberdade do cidadão.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

De acordo com a lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura) julgue o item abaixo:

110. A tortura quando gerar o resultado morte será qualificada.

De acordo com a lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça julgue o item abaixo:

111. Carlos foi abordado por um Policial Rodoviário Federal, este encontrou com aquele uma arma de fogo de uso permitido sem munição. Com base nessa situação hipotética, a conduta de Carlos é atípica, vez que foi pego com uma de fogo sem munição, não gerando potencialidade lesiva com este comportamento.

De acordo com a lei nº 5.553/1968 (Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal) julgue o item abaixo:

112. Um Policial Rodoviário Federal, durante uma abordagem, reteve o documento de identidade de um motorista por um prazo de 15 dias. Com base nessa situação hipotética, o policial responderá criminalmente por esta conduta.

De acordo com a lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) julgue o item abaixo:

113. Alguns crimes previstos nesta lei exigem a representação da parte ofendida para a persecução penal.

De acordo com a lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) julgue o item abaixo:

114. Alguns crimes previstos nesta lei receberão a pena de reclusão, dependendo da gravidade da conduta.

De acordo com a lei nº 12.037/2009 (Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal) julgue o item abaixo:

115. Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal, dentre outras hipóteses, quando houver recebimento da denúncia pelo juiz por crime praticado com grave violência contra a pessoa; crime contra a liberdade sexual ou crime sexual contra vulnerável; crimes contra criança ou adolescente previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B e 241-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e crime previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando a organização criminosa utilizar ou tiver à sua disposição armas de fogo.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

116. O Congresso brasileiro aprovou um tratado internacional de direitos humanos, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros em ambas as Casas. Nesta hipótese este tratado terá status hierárquico equivalente às emendas constitucionais.

117. A Constituição Federal de 1988 adota cláusula de abertura material dos direitos fundamentais, admitindo direitos decorrentes de tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

118. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê apenas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos como órgão responsável pela aplicação e interpretação do tratado.

119. A Declaração Universal dos Direitos Humanos admite que os direitos nela previstos possam ser afastados por fundamentos culturais ou religiosos específicos de determinado Estado, desde que respeitada a soberania nacional.

120. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo vedada qualquer forma de distinção baseada, entre outros critérios, em raça, sexo, idioma ou religião.

Discursiva

Texto Motivador

A estratégia "Visão Zero", originada na Suécia na década de 1990, fundamenta-se na premissa de que nenhuma morte no trânsito é aceitável. Diferentemente da abordagem tradicional, que foca no erro do condutor, esse paradigma estabelece que o sistema viário deve ser projetado para perdoar falhas humanas, compartilhando a responsabilidade entre projetistas, legisladores e usuários. No Brasil, o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), instituído em 2018, e as sucessivas atualizações do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), buscam alinhar o país a essas diretrizes globais de preservação da vida.

Comando da Questão

Considerando que o tema acima tem caráter motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Segurança Viária e o "Visão Zero": Inovações do CTB para a Redução de Óbitos

Em seu texto, aborde, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

1. O conceito de "Visão Zero" e a mudança de paradigma na segurança viária;
2. As inovações legislativas do CTB e o papel do PNATRANS na proteção da vida;
3. O impacto da fiscalização e da tecnologia na consolidação de um sistema seguro.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
